

+E

# O lado lunar da integração





No país dos braços abertos, os refugiados encontram-se muitas vezes abandonados. Não é fácil descobrir quem lhes ensine Português, o que dificulta a empregabilidade ou a comunicação em muitos serviços não preparados para os receber. Esse abandono é particularmente doloroso quando lhes prolonga a solidão e a separação dos membros da família, por vezes durante anos, e os empurra para um labirinto burocrático que os deixa à beira do desespero



TEXTOS **CATARINA FERNANDES MARTINS**  
E **TIAGO CARRASCO**

# U

Um mês depois de Tamam Alnajjar chegar a Portugal, o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, foi a Évora dar as boas-vindas a um grupo de refugiados acolhidos na cidade alentejana. Nesse almoço em abril de 2016, Marcelo mostrou-se preocupado com a burocracia europeia que estava a atrasar a chegada de requerentes de asilo a Portugal ao abrigo do programa de recolocação. Ao contrário de muitos países europeus, Portugal disponibilizou-se para receber milhares, mas meses depois da entrada em vigor desse programa, recebera apenas umas dezenas. Durante meses houve instituições de solidariedade com apartamentos mobilados e pintados de fresco, mas vazios. O país tinha estendido os braços, desejoso de ajudar e sentindo-se capaz de o fazer, mas os atrasos deixavam Portugal sem refugiados para receberem ajuda.

Tamam desconhecia quantos tinham chegado ou estavam para chegar, mas estava convencido de que a sua mulher e os quatro filhos iriam juntar-se ao grupo acolhido em Portugal, assim que conseguisse a autorização para o reagrupamento familiar. Foi isso que disse ao Presidente da República naquele dia em Évora. E Marcelo, jura Tamam, mostrando as *selfies* que tiraram juntos, prometeu-lhe que a família estaria consigo em breve.

Sakinah Alnajjar ouviu por telemóvel as notícias do marido e fez as malas nesse dia, pronta a deixar para trás a casa bolorenta num subúrbio de Istambul e a juntar-se ao marido no Alentejo. O casal sírio, original de Homs, deixou o país definitivamente em 2015, partindo com os três filhos, o pai de Tamam e a mãe de Sakinah para a Turquia. No início de 2016, Tamam decidiu seguir com o pai para a Grécia e depois Portugal. Sakinah, na altura grávida de seis meses, ficou em terra para evitar a arriscada travessia do Mediterrâneo. A promessa do Presidente do país que acolheu o marido parecia prometer também que o pai estaria presente para assistir ao nascimento da filha mais nova. Três anos depois, o Expresso viajou até Istambul, onde conheceu primeiro do que Tamam a pequena Rayan, e testemunhou os efeitos de uma separação familiar forçada e prolongada. Como chegou a Portugal ao abrigo do programa de recolocação, Tamam não teve desde logo o estatuto de refugiado, carecendo o pedido de asilo de análise feita pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF). Recebeu a autorização de residência apenas em agosto de 2017 e foi nessa altura que deu por fim entrada ao pedido de reagrupamento familiar. Só em abril de 2018 conseguiu vaga num balcão do SEF para pôr em marcha o processo. Entregou em dezembro desse ano os dois

documentos que faltavam, mas agora o consulado de Portugal em Ancara está a bloquear o caso.

Na casa da família Alnajjar, no bairro de Esenkent, o chefe de família é Mohammed Rami Alnajjar, de 15 anos. Enquanto os irmãos mais novos brincam no quarto onde não podem dormir devido à humidade que cobre todas as paredes, ele olha-os em silêncio, olhos azuis mais habituados à vigilância do que à curiosidade e à diversão como os dos irmãos. Mohammed fala pouco e diz, com a consciência de um adulto amargurado, que não quer conversar sobre certos assuntos. É a mãe que explica que nos meses que se seguiram à despedida do pai, não havia dinheiro suficiente para todas as despesas e Mohammed, então com 12 anos, deixou a escola e começou a trabalhar como mecânico numa oficina em Istambul. Um acidente laboral atirou-o para uma cama de hospital durante uma semana. Sakinah descobriu depois que Mohammed era vítima de violência no trabalho e proibiu-o de voltar. As más notícias continuavam também do lado de cá. O pai de Tamam morreu pouco depois de chegarem a Portugal, pelo que o sírio ficou sozinho a preocupar-se com a família distante, enviando para Istambul um pouco menos do que os cerca de €600 que recebe pelo trabalho como motorista na Cruz Vermelha Portuguesa, instituição que o acolheu em 2016, e que continua a dar-lhe um sítio onde dormir. Sakinah começou a aceitar pequenos trabalhos como costureira. Por mês, gasta cerca de €350 com o aluguer da casa, as despesas com alimentação e outras necessidades das crianças e da sua mãe. A síria sabe pouco de Portugal, além do facto de que é o país onde está o marido e pai dos filhos. Só por isso, imagina um país confortável e seguro. Muito diferente da Turquia, que, diz, torna difícil a vida dos refugiados.

“É difícil alugar uma casa sendo sírio. A parede desta está prestes a cair e o proprietário não se importa, sugere apenas que nos vamos embora. Quero ir para Portugal. Não consigo aguentar ser responsável pelas crianças nestas condições muito mais tempo,” diz Sakinah.

Mas em Portugal, a resposta continua a tardar.

A imagem exterior de Portugal como um país disponível para acolher refugiados quando muitos outros querem fechar-lhes as portas é fortemente prejudicada pela consciência, dentro e fora do país, de que o processo de reagrupamento familiar é moroso, por vezes roçando o absurdo, devido à falta de experiência de Portugal na aplicação desse direito para refugiados. Os requerentes de asilo e refugiados entrevistados durante a investigação do Expresso

**DESEJO** Quase totalmente desiludido com Portugal, Abdella Mohammed já não quer pensar no que lhe faz falta, porque, diz, falta-lhe tudo. Tem apenas uma esperança, pequena: ter o irmão ao pé de si



JOÃO GIRAÇÃO

referem várias dificuldades no processo de integração como as deficiências do ensino de Português e os problemas do sistema de saúde, mas perante o desespero provocado pela dificuldade de reunir a família em Portugal, todas essas situações parecem menores. Talvez por falta de experiência, o que o Expresso notou foi uma espécie de burocracia inconsciente relativamente à importância emocional de ter os familiares próximos, a são e salvo num país seguro. As instituições de acolhimento são todas unânimes: nenhum processo de integração pode resultar se o refugiado não consegue reunir a família no novo país. Em Portugal, o reagrupamento familiar para refugiados tem referências na Lei de Estrangeiros e na Lei de Asilo. No que diz respeito ao processo específico de



U queria trazer irmão

reunificação familiar para refugiados, há diferenças relativamente ao mesmo processo para emigrantes. Por exemplo: o refugiado não tem de provar meios de subsistência para poder reunir a família. Além disso, explica a antiga ministra da Administração Interna, Constança Urbano de Sousa, o imigrante tem de apresentar documentos comprovativos dos laços familiares, enquanto que o refugiado fica dispensado de o fazer. Mas na prática nada funciona exatamente dessa forma. As palavras de Constança Urbano de Sousa dizem muito: “A Lei de Estrangeiros portuguesa é a mais generosa de toda a Europa, mas o problema está na sua aplicação.”

Como explica Filipe Doutel, jurista do Serviço Jesuíta aos Refugiados (JRS), o SEF exige, por defeito,

aplicando a regra geral. “Se um refugiado vai ao SEF e não entrega os documentos oficiais comprovativos dos laços familiares, mas não alega a exceção da lei por ser refugiado, o SEF adota o sistema de pedir, em referência ao regime geral. É verdade que a lei tem uma redação que parece colocar o ónus de alegação da exceção sobre o refugiado e a regra geral em direito é a de que quem tem um direito, tem de o alegar. Contudo, atendendo à vulnerabilidade destas pessoas, o SEF podia ter uma atitude mais proativa, de avisar as pessoas da exceção. Com o tempo, tanto o SEF como as instituições foram-se adaptando e aprendendo, mas é difícil para um refugiado que chegue lá sozinho e não faz ideia do que está escrito na lei,” diz.

Algo semelhante acontece quando se pede aos refugiados registos criminais, muitas vezes impossíveis de obter devido à situação política nos países de origem. Neste caso, a lei não prevê uma exceção para refugiados, mas instituições como a JRS defendem uma interpretação sistemática do Direito português. Como a Lei da Nacionalidade permite a dispensa a apresentação do registo criminal, com fundamento na impossibilidade prática de o apresentar, é possível argumentar que a mesma exceção pode ser aplicada ao reagrupamento familiar de refugiados.

Vários refugiados e requerentes de asilo queixam-se das dificuldades de reunirem os documentos, da morosidade do processo devido aos atrasos

## RETRATO

A família de Tamam Alnajjar em Istambul, Turquia. De cima para baixo, a sogra de Tamam, Zakaa, a mulher, Sakinah, rodeada dos filhos, Abdul, Adam, Rajan e Mohammed



TIAGO CARRASCO

nos agendamentos das reuniões e de outras questões como o facto de apenas depois de decidido o processo de asilo poderem dar início à reunificação, ou o elenco reduzido de membros da família abrangidos, mais limitado do que para os imigrantes em geral. Há cerca de um ano, o Bloco de Esquerda entregou à Assembleia da República um projeto de lei para retirar entraves ao reagrupamento familiar, propondo que os requerentes de proteção internacional, e não apenas os beneficiários, possam fazer o pedido de reagrupamento familiar, fazendo com que este processo decorra em simultâneo com o da concessão de estatuto, e propondo também o alargamento da definição de “membros da família”.

O Expresso apercebeu-se de outra situação. Mesmo depois de o SEF, com maior ou menor atraso, deferir os pedidos de reagrupamento familiar, os problemas continuam devido à dificuldade de alguns cidadãos conseguirem vistos para entrar em Portugal, consequência de bloqueios inexplicáveis em várias embaixadas e consulados portugueses. Então, o processo volta muitas vezes à estaca zero. Tamam não entende nenhum destes bloqueios. Entende apenas que não vê a família há três anos. E resume tudo isso à sua verdade: “Portugal mentiu.”

### BUROCRACIA DIPLOMÁTICA

Hassan (nome fictício) está em Lisboa mas não era para estar. Não aí nem em qualquer outro lugar. Em 2012, recusou-se a combater no exército sírio

e foi baleado à queima-roupa. A bala perfurou-lhe a cabeça, saiu do lado contrário e foi alojar-se no ombro esquerdo. Foi declarado morto.

“O meu pai andou a assinar documentos porque ninguém acreditava que eu pudesse sobreviver”, diz. Mas Hassan acordou do coma e o seu nome desapareceu da lista de centenas de milhares de baixas do conflito sírio. “Fiquei um ano e meio numa cadeira de rodas. E todo o lado esquerdo do meu tronco ficou imobilizado. As dores eram, e continuam a ser, terríveis.”

Numa Síria onde já pouco funcionava, viu-se privado do tratamento médico que devia receber. Em Ghouta, onde vivia, o subúrbio rural de Damasco que o regime de Bashar al-Assad procurou asfixiar com ataques químicos e um cerco de cinco anos, os médicos fugiram. “Os enfermeiros que ficaram não tinham meios para me ajudar;” explica. Em 2015, após falar com a esposa e com os pais, decidiu rumar à Europa em busca dos cuidados hospitalares de que carecia. Já conseguia andar e fê-lo durante 15 dias até alcançar a costa de Izmir, na Turquia.

“Falei com um amigo que tinha sido ferido num braço e que conseguiu ser operado na Holanda. Disse-me que na Europa iam tratar de mim e que ia ficar bom. Foi com essa expectativa que desembarquei na Grécia.”

Para trás, ficavam anos de angústia. Ainda assim, com motivos de alegria. Neste período de tempo, Hassan foi pai duas vezes — de uma menina,

atualmente com seis anos, e de um menino, de três, que não conhece pessoalmente.

“Quando os deixei pensava que, no máximo, ia ficar uns cinco meses sem os ver;” recorda. “O meu objetivo era chegar à Europa e pedir imediatamente que a minha mulher e as crianças se juntassem a mim. Pensei que ia ser fácil.”

Não foi. Passaram-se quatro anos e Hassan ainda não voltou a ver a família.

A quebra de expectativas começou num campo de refugiados grego. O sírio pediu asilo em países da Europa Central, mas informaram-no de que Lisboa seria o seu destino.

“Fiquei nervoso como toda a gente a quem calhou vir para Portugal, porque ninguém sabia nada sobre o país”, diz.

Pouco depois de chegar, foi-lhe atribuído um atestado de incapacidade de 70%. Com os ossos e os tecidos musculares de metade do dorso rendidos ao atrofio e a dores lancinantes, Hassan nunca conseguiu trabalhar. Para mais, mantiveram-se os distúrbios psicológicos causados pela guerra, o que não lhe permitiu traçar um plano de vida nem aprender Português.

“Não consigo concentrar-me, muitas vezes nem levantar-me de manhã consigo. Tomo sete comprimidos por dia e tenho de recorrer à canábis para neutralizar as dores, que não me largam”, diz. Ao longo do programa, viveu num pequeno quarto de um apartamento partilhado com outros dois sírios.

## REGRESSO

Tamam Alnajjar numa das últimas visitas ao SEF. O reagrupamento familiar revelou-se um labirinto para o sírio e para a família. Separados há mais de três anos, Tamam pondera voltar para a Síria



JOÃO GIRAÃO

# As instituições de acolhimento são todas unânimes: nenhum processo de integração pode resultar se o refugiado não consegue reunir a família no novo país

Contudo, os problemas a sério começaram no final dos 18 meses do programa, uma vez que não atingiu a independência económica para arrendar habitação. Na Crescer na Maior e na Câmara Municipal de Lisboa, instituições responsáveis pelo seu acolhimento, soaram os alarmes. Após dois dias num hotel, Hassan foi informado de que teria de encontrar uma solução. Foi dormindo em quartos de amigos, outros refugiados, até surgir a hipótese de ocupar o colchão inferior de um beliche de dois andares, na Alameda, em Lisboa.

“Em cima, dorme um brasileiro que leva mulheres para o quarto. Sou um homem muçulmano, casado, e custa-me passar por esta situação”, diz.

É a Santa Casa da Misericórdia que lhe paga a acomodação — €180 mensais —, a que acrescem cerca de €180 de Rendimento Social de Inserção (RSI) e €230 de pensão de invalidez. Na Síria, nunca se preocupou com finanças pois o pai tinha um *stand* de automóveis que sustentava o agregado. Agora, com 27 anos, envia remessas para a mulher e poupa o restante dinheiro para financiar o reagrupamento familiar.

“Trazer a família para Lisboa é a única forma de conseguir viver aqui. Não só pela parte emocional, mas também porque com a minha frágil condição física preciso da ajuda da minha mulher”, afirma. Sem isso, a integração de Hassan é uma meta inatingível.

Seguindo as orientações da Crescer, o damasceno entregou a documentação exigida para solicitar o reagrupamento familiar — uma montanha burocrática

composta por cópias autenticadas com as respetivas traduções certificadas de vários documentos que visam comprovar a relação dos familiares com o requerente, como os passaportes, certidões de nascimento e de casamento e registos criminais. Sete meses depois, Hassan recebeu a resposta: o seu pedido foi autorizado pelo SEF.

“Aí tudo mudou. Fiquei feliz e pela primeira vez com vontade de viver em Portugal com a minha família”, diz. “Só então percebi que o processo não estava concluído. A minha mulher e os meus filhos precisavam de emitir o visto e os problemas começaram.”

À partida, tudo estaria praticamente resolvido. Uma vez concedida a permissão para o visto de reagrupamento familiar — designado por D6 —, os familiares devem dirigir-se ao posto consular da área de residência e solicitar a sua emissão com base no deferimento do SEF, apresentando somente um passaporte válido (que até pode ser substituído por um salvo conduto para a concretização da viagem). Com o visto emitido, podem passar à compra das passagens aéreas. Tudo simples.

## UM PROCESSO ABSURDO

Todavia, há um entrave para a família de Hassan e para todos os refugiados residentes em Portugal que tenham parentes em território sírio: Portugal não tem representação consular em Damasco. E é aqui que este processo entra numa dimensão

kafkiana. É a embaixada de Portugal em Nicósia, Chipre, que se encarrega dos procedimentos consulares com os cidadãos sírios e, por conseguinte, era lá que, segundo despacho do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), a família de Hassan deveria solicitar o visto; acontece que o Chipre faz parte da União Europeia e os sírios não podem entrar na UE sem visto. Um absurdo.

Aconselhado pela advogada, Hassan pagou quase €1000 para a mulher e os filhos se deslocarem a Beirute, no Líbano, uma viagem arriscada num país em guerra para se encontrarem com o cônsul-honorário de Portugal.

“Nem sei bem o que se passou. A minha mulher disse-me que não lhes davam o visto porque os documentos não estavam válidos”, diz.

Não é de admirar. Segundo esclarecimento do MNE, prestado mais de três meses após a primeira de muitas tentativas de contacto do Expresso (em consequência da entrevista a Hassan), “os consulados-honorários não podem emitir vistos de qualquer espécie”. E, ao contrário dos vistos de curta duração, em que um outro Estado Schengen pode representar o nosso país se com Portugal tiver acordo, nos vistos nacionais (como o D6) não existem acordos de representação, pelo que “só postos consulares portugueses os poderão emitir”.

Entretanto, o prazo de três meses do despacho favorável do SEF expirou. Hassan voltou à estaca zero.

“Agora tenho de esperar mais oito meses para ter uma nova reunião com o SEF. Acho que não me querem ajudar a trazer a minha família porque não me explicam como se ultrapassa este problema”, diz o refugiado, mostrando no ecrã do telemóvel uma fotografia dos seus entes queridos.

“Já não quero ficar aqui. Vou esperar mais um bocadinho e, caso não funcione, vou voltar para a Síria. Sei que vou morrer lá, mas quero ver os meus filhos.”

No decorrer da investigação, o Expresso apercebeu-se de que Hassan não era o único preso neste labirinto surrealista. Na mesma nota de esclarecimento, o MNE presta-se a encontrar alternativas sem se comprometer com qualquer meta temporal: “O MNE sabe que, nalguns casos, a deslocação por parte dos familiares até um posto consular português pode revelar-se complexa. Até porque, por vezes, a deslocação implica a passagem por outros países, diferentes da sua morada de residência. Tomando conhecimento de casos concretos em que esta dificuldade se manifeste, o MNE procura encontrar uma solução para a concessão do visto pelo posto consular da jurisdição a que corresponde a residência dos familiares. É nesse sentido que procedemos.”

O Expresso esteve com Hassan no dia 8 de março. Já nessa altura, estava altamente deprimido, frustrado, perdido. Quando tentámos um reencontro nas últimas semanas, a Crescer avisou-nos de que não seria boa altura porque o sírio estava a passar “por sérias complicações pessoais”.

À hora do fecho desta edição, o Expresso soube que a embaixada portuguesa no Chipre deu autorização para o visto da família de Hassan, mas novamente com a condição de que a família se apresentasse em Nicósia, o que é impossível. Foi apresentada a possibilidade de a mulher de Hassan ir até Beirute, à embaixada do Chipre no Líbano, para solicitar o visto. Foi o que aconteceu na passada sexta-feira. A reunião não terá corrido bem e foi pedido à mulher para esperar 10 dias até à emissão do visto, algo para

que não estava preparada. Assustada, voltou novamente à Síria com os filhos mais pequenos.

A integração de um indivíduo com tamanha vulnerabilidade já se afigurava difícil. Assim, resulta nisto: “Para os refugiados, Portugal tem boa publicidade, mais nada. A guerra, voltar à Síria... tudo é melhor do que estar aqui à espera”, desabafa Hassan.

### FALAR COM O CORAÇÃO

O coração do eritreu Abdella Mohammed já aguentou muitas adversidades para um coração nascido do lado direito do peito. Já esteve preso um ano, foi condenado a trabalhos forçados, viveu em contentores na Líbia, atravessou o deserto e o Mar Mediterrâneo, até que finalmente chegou a Lisboa com a ilusão de finalmente poder bater com mais sossego. Abdella, 22 anos, sofre de dextrocardia, uma condição cardíaca rara e congénita.

“Canso-me muito rápido. Não posso carregar pesos e por vezes falta-me o ar, não consigo respirar”, descreve. “Na Eritreia, não tinha medicamentos nem hospital. Queria ir à escola e estava sempre doente. Estudar foi sempre um sonho que o corpo não me deixou alcançar.”

Por isso, quando em Itália lhe propuseram a recolocação em Portugal, as reticências iniciais deram lugar a três exigências: “Uma casa só para mim porque com a minha doença não consigo partilhar o espaço com estranhos, escola e um bom hospital que me possa tratar,” disse. O eritreu tinha lutado muito por estes objetivos. Aos 12 anos, partiu clandestinamente para o Sudão, onde tinha três irmãs. Com 15, voltou a casa para visitar o pai e foi preso por se ter recusado a cumprir o serviço militar obrigatório e vitalício.

“Não tinha comida e dormia num colchão enfiado num buraco. Fiquei doente, claro, não conseguia respirar naquelas catacumbas”, recorda.

Soltaram-no quando perceberam que nem trabalhar conseguia. Foi então, em 2015, que decidi viajar clandestinamente para a Europa.

“Um amigo disse-me que não era boa ideia fazer a travessia mas eu senti que era a minha melhor opção.” Quando chegou a Portugal passaram-lhe um atestado

**“O que faço? Penso na vida, durmo, passeio a pé pelo bairro. Fico cansado, volto para casa. É esta a minha vida. Como a de um cão”, lamenta Abdella**

de incapacidade de 80%. “Os médicos disseram-me que só por milagre tinha chegado à Europa”, diz.

Das três exigências de Abdella, a primeira a cair foi a da saúde. Tinha imaginado um serviço rápido e eficiente, mas à primeira falta de ar o eritreu experienciou o mesmo pesadelo que assola os utentes portugueses do Serviço Nacional de Saúde — 10 horas de espera.

“Sempre que vou às urgências do Hospital de Santa Maria com crises de respiração recebo a pulseira verde, fico horas à espera e no fim não me adiantam nada”, afirma. Decidiu recentemente deixar de ir ao hospital.

Além das três irmãs, casadas e enraizadas no Sudão, o eritreu tem um irmão mais velho no Egito que o podia ajudar em Portugal.

“Ele podia apoiar-me quando estou doente e trabalhar para contribuir para o meu rendimento.” Contudo, a sua situação não é elegível para reagrupamento familiar: é maior, sem cônjuge nem dependentes. O irmão ainda pensou em inscrever-se no programa de reinstalação mas desistiu quando lhe mostraram a lista de documentos a apresentar. “Sem ele não sei como me vou conseguir sustentar”, diz Abdella.

No que toca à casa, o africano logrou ficar sozinho num apartamento nas Portas de Benfica. Contudo, não tem televisão nem internet.

“O que faço? Penso na vida, durmo, passeio a pé pelo bairro. Fico cansado, volto para casa. É esta a minha vida. Como a de um cão”, lamenta.

Com o fim do programa de recolocação e sem meios de subsistência — ainda não recebe pensão de invalidez — Abdella tem sido pressionado a encontrar uma alternativa de residência. Mas, sem poder partilhar quarto, os preços são demasiado altos para ele, que não consegue arranjar trabalho.

“Os meus amigos eritreus que não abandonaram Portugal trabalham na construção e vivem nos subúrbios de Lisboa. Eu não consigo ir para as obras, só para um emprego em que possa estar sentado. E os empregos sentados requerem a língua portuguesa, que eu não domino porque quase não tive aulas”, justifica.

Abdella diz que não domina a língua mas expressa-se em português. Frequentou um curso durante dois meses — duas horas por semana — que acabou por terminar. Depois de alguma insistência da sua parte, atribuíram-lhe uma professora voluntária que desistiu após algumas semanas. Teve de aprender sozinho. Senta-se na mesa da sua sala equipada com sofás castanhos de cabedal dos anos 80, lê e copia. Foi a sua vontade, o seu coração virado do avesso, que sem ajuda capturou o idioma de Camões. “Eu só queria escola mas aqui nunca tive escola”, denuncia. “Porque é que Portugal quer refugiados se não lhes consegue sequer dar aulas de português?” O eritreu gosta do país, do seu clima ameno e da simpatia dos portugueses: “Mas não tive ainda um dia feliz aqui porque me falta a escola.”

### SOLUÇÕES DE RECURSO

Estava previsto que os refugiados colocados em Portugal frequentassem os cursos Português Para Todos (PPT), implementados pela Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGESTE), nas escolas de rede pública, e pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), através dos centros de emprego e formação profissional. Porém, nem todos o fizeram.

“Em alguns casos, não existia número suficiente de pessoas para formar turma em todas as

# NÚMEROS GORDOS PARA REALIDADE MAGRA

Segundo o Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), “a reunificação das famílias refugiadas é um passo essencial no processo de reinstalação”. Por isso, importa avaliar como é que estes processos se têm desenrolado em Portugal; e os números são de difícil interpretação. Eduardo Cabrita, ministro da Administração Interna, diz: “A orientação que temos em relação ao reagrupamento familiar é a de prioridade. Passámos de nove mil pedidos de reagrupamento familiar deferidos em 2015 para 23.600 em 2018. Isto engloba requerimentos de quem pediu autorização de residência em Portugal [refugiados e imigrantes], cerca de 50%, mas também pedidos de pessoas com relações a alguém de nacionalidade portuguesa”. Já o SEF indica que em 2018 realizou 98 Concessões de Autorização de Residência Extraordinárias a familiares de cidadãos titulares de estatuto de refugiado ou de proteção subsidiária (um crescimento em comparação às 31 concessões em 2015, 30 em 2016 e 31 em 2017). Contudo, como mostra o caso de Hassan, um processo deferido não é sinónimo de uma família reunida. A Cruz Vermelha Portuguesa (CVP) diz que ajudou à apresentação de três pedidos de reagrupamento familiar: dois deles foram autorizados mas até à data nenhuma familiar aterrou em Portugal. A PAR/JRS fala em seis pedidos deferidos, três indeferidos e apenas três famílias reunidas em Portugal. / C.F.M. E T.C.

e dos filhos, presos numa longa espera nos subúrbios de Istambul. A carta referia, porém, que a emissão dos vistos deveria ser solicitada na embaixada de Portugal em Nicósia, Chipre.

“Eu nem sabia onde era. Quando perguntei, disseram-me que a minha família não podia lá ir porque faz parte da União Europeia. Ou seja, para ir lá pedir os vistos, mas valia voarem diretamente para aqui. É tudo União Europeia, precisamente onde não podem entrar”, explica Tamam, gesticulando furiosamente.

O seu problema era ainda mais incompreensível do que o de Hassan, uma vez que a sua família se encontra na Turquia, país onde Portugal tem uma embaixada, competente pelo caso em questão, já que, como explica Filipe Doutel, o que conta “é a residência das pessoas, não a nacionalidade”.

O sírio entrou em pânico e deslocou-se à delegação do SEF na Av. António Augusto de Aguiar a fim de obter respostas. O Expresso acompanhou essa visita, no início de junho. Quatro horas de espera depois, Tamam foi atendido por uma funcionária com quem, caso não tivesse levado um amigo para traduzir, nunca teria conseguido comunicar-se. A técnica do SEF foi apanhada de surpresa e o seu primeiro instinto foi empurrar responsabilidades para o MNE. “Nós não temos nada a ver com esse despacho,” disse. Mas Tamam recusou-se a sair dali sem respostas, queria saber o que tinha de fazer para desbloquear o problema. Então, a resposta da assistente rematou o disparate: “Tente deslocar-se ao Palácio das Necessidades para ver se alguém do MNE o recebe. Quem? Não sei, talvez o gabinete do ministro...”

Nesse instante, Tamam virou costas, desatou a chorar e deitou-se na entrada do edifício a dizer que não saía dali sem a família. A máquina burocrática esmaga, suga a paciência e a dignidade. Entretanto, foi chamado o chefe da repartição; sugeriu um requerimento especial, uma visita na semana seguinte, tudo sem promessas, claro. Talvez seja possível enviando os passaportes por correio, talvez dê se Tamam for a Nicósia com os documentos. Mas ninguém sabe, ninguém tem certezas. O que se torna claro na conversa é que este é um problema que subsiste e que o SEF já alertou várias vezes o MNE para a sua prevalência. Mas as queixas continuam a bater com estrondo no grande muro de Nicósia.

Apesar de o processo de reagrupamento familiar ser da competência do Ministério da Administração Interna e dos Negócios Estrangeiros, o Expresso contactou a Presidência da República para obter uma resposta relativamente à expectativa criada por Marcelo Rebelo de Sousa em Tamam Alnajjar, pedindo também um comentário sobre os atrasos e os bloqueios que deixam os refugiados em Portugal com famílias em países terceiro à beira do desespero. O Presidente da República disse ter ficado contente por saber que o pedido de reagrupamento familiar de Tamam Alnajjar já foi deferido pelo SEF, não fazendo nenhum comentário sobre o bloqueio na embaixada em Ancara.

Na última vez que o Expresso encontrou Tamam, deparou-se com um homem diferente. Parecia mais leve, mais jovem, sorrindo genuinamente pela primeira vez. O sírio ultrapassou o ponto de desespero e atingiu um novo patamar, só possível quando se deixa para trás o medo e a preocupação e se salta livremente para o desconhecido. Com uma tranquilidade só possível quando já não se tem nada a perder, Tamam anunciou que se até ao fim de julho a família não estivesse em Portugal, iria buscá-la a Istambul e regressaria para a Síria.

“Disseram-me que na Grécia os traficantes dos barcos também levam pessoas na viagem de volta, da Grécia para a Turquia, mediante um pagamento mais baixo”, explica. “É isso que vou fazer se o prazo expirar e a minha família não vier.” A razão da surpreendente leveza de Tamam foi o alívio encontrado numa porta de saída pouco comum: está determinado a fugir da Europa clandestinamente quatro anos depois de ter entrado da mesma forma. ●

e@expresso.impresa.pt

Este texto é o segundo de uma série de três trabalhos de uma investigação financiada pela Bolsa de Investigação Jornalística da Fundação Calouste Gulbenkian

localidades onde os refugiados foram acolhidos”, diz Joana Rodrigues, da CVP. “O sistema foi pensado no início do século, em que havia muitos estrangeiros em zonas urbanas e era fácil ter 15 formandos para criar um curso”, completa Pedro Calado, alto-comissário para as Migrações.

No entanto, a investigação do Expresso constatou que mesmo em zonas urbanas a maioria dos cursos não atingiu os objetivos. Das dezenas de entrevistas realizadas, nenhum dos interlocutores identificou as aulas como principal veículo de aprendizagem do idioma, cenário bem diferente do de outros países europeus, que definem os cursos intensivos da língua nacional como motor fulcral da integração.

“Queríamos nós ter os meios para permitir aquilo que a Alemanha faz com ensino da língua”, diz Pedro Calado. “Como não os temos, é da responsabilidade das entidades de acolhimento encontrar essas soluções, recorrendo a mecanismos inovadores e criativos em parceria com as universidades e centros de línguas.”

O ACM rejeita estar a desresponsabilizar a administração central. “Pelo contrário, temos de criar novas instituições. O que foi realizado não foi perfeito, mas tinha de ser assim. A área do ensino do Português precisa de impulso. Mas também compete às entidades de acolhimento encontrarem respostas de primeira linha”, reitera Calado.

O apelo teve uma adesão parcial da sociedade civil. As plataformas de acolhimento têm recorrido a mecanismos de aprendizagem como a Speak — um centro de línguas que promove o encontro interpessoal para prática do idioma — e a professores voluntários. Alguns deles têm substituído o Estado no ensino do Português a refugiados.

Muito do esforço de integração tem sido despendido por cidadãos comuns que se envolveram no acolhimento de refugiados. Através de pequenas agremiações — na maioria dos casos ligadas a paróquias locais — conseguem arranjar casas aos refugiados, empregos em fábricas ou na restauração da zona, colocar as crianças na escola, explicar-lhes o sistema de saúde e encaminhá-los na construção de uma rede social. Fazem-no tantas vezes com acesso limitado a intérpretes de árabe, curdo ou tigrínya, usando a mímica e o tradutor do Google para se fazerem entender. São eles os principais responsáveis por cerca de 55% dos refugiados vindos ao abrigo do programa de recolocação se terem conseguido autonomizar antes do fim do prazo de 18 meses de apoio comunitário. Alguns dos exemplos: a Fundação João XXIII, meteu o pai da família síria que acolhe a trabalhar no matadouro das Caldas da Rainha e a filha de dois anos na creche, em Guimarães, a Congregação Irmãs Franciscanas de N. Sra. das Vitórias dá uma excelente casa com jardim a uma família curda de sete elementos, arranjou trabalho ao patriarca numa padaria e escola para todos os menores, A Casa do Gaiato foi buscar uma doutoranda curda ao Instituto Superior Técnico para trabalhar como intérprete, arranjou emprego a duas mulheres numa fábrica de alimentos de aves. Estas são os casos-padrão de integrações bem conseguidas para lá do restaurante Mezze, em Lisboa, e dos sabonetes Amal, altamente divulgados nos meios de comunicação social.

## BATER CONTRA A PAREDE

A carta pela qual Tamam Alnajjar tanto ansiava chegou finalmente. Mais de três anos depois da mudança para Portugal, o SEF consentia a vinda da mulher



OZCAN SOYSAL/NURPHOTO VIA GETTY IMAGES

E  
29

34

### Refugiados em Portugal

No país dos braços abertos, encontram-se muitas vezes abandonados. É particularmente doloroso quando isto lhes prolonga a solidão

# E

A Revista do Expresso

EDIÇÃO 2437  
13/JULHO/2019

**Daniel  
Oliveira**

## Mestre da TV

Assumi a Direção de Programas da SIC há um ano e nada ficou como antes. Doze anos depois, a estação da Impresa voltou à liderança. Entrevista ao homem que programa televisão como quem joga xadrez  
Por **Ana Soromenho, Maria João Bourbon e Tiago Miranda**



### **Infidelidade**

Os felizes também traem  
Por **Cristina Margato**

### **Refugiados**

O drama da integração  
Por **Catarina Fernandes Martins e Tiago Carrasco**

